Projeto de bioenergia em São Tomé e Príncipe apresentado na COP21

11 de Dezembro, 2015

O projeto “Bioenergia em São Tomé e Príncipe – Aproveitamento Energético de Biogás” foi apresentado, ontem, em Paris, na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21). O projeto-piloto começou em dezembro de 2014 e vai ser desenvolvido a partir de janeiro de 2016, com a instalação de cinco digestores anaeróbicos em comunidades rurais junto da zona tampão do Parque Natural do Obô, em São Tomé e Príncipe, para tratar os resíduos orgânicos dos agregados familiares.

“Neste projeto são instalados digestores anaeróbicos onde são tratados os resíduos derivados da atividade doméstica e da agricultura. É produzido biogás que depois é usado em fogões modificados. Isto permite que as famílias não necessitem de usar lenha como combustível”, descreveu à agência Lusa Maria João Martins, administradora executiva da empresa portuguesa Ecovisão.

A responsável detalhou que o projeto permite às famílias “uma qualidade do ar interior bastante melhor e a limpeza das comunidades porque os resíduos são tratados”, o combate à desflorestação e a passagem para “um fertilizante natural em substituição de outros fertilizantes agrícolas que contribuem para as alterações climáticas”. “É visível no trabalho de terreno, de semana para semana, o envolvimento das comunidades e das pessoas, uma vez que fizemos campanhas de pesagem, e todas elas – ao contrário daquilo que inicialmente poderíamos estar à espera – aceitaram este desafio de forma muito abrangente”, descreveu a coordenadora técnica do projeto, Débora Carneiro.

O programa está a ser desenvolvido com o apoio da Cooperação Portuguesa, através do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e da Agência Portuguesa de Ambiente, sendo financiado pelo Fundo Português de Carbono ao abrigo do programa “Fast Start” e tendo um orçamento de 660 mil euros.

Durante a apresentação do projeto, Nuno Lacasta, presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, disse que “Portugal tem feito, de facto, a sua parte no âmbito das alterações climáticas”, lembrando que Portugal comprometeu um montante global de 17,5 milhões de euros em projetos de luta contra as alterações climáticas em Países Africanos de Língua Portuguesa e que contribuiu com dois milhões de euros para o Fundo Verde do Clima.

Arlindo de Carvalho, diretor geral do Ambiente em São Tomé e Príncipe, alertou que “os estados insulares de pequena dimensão como São Tomé e Príncipe são particularmente vulneráveis às alterações climáticas” e sublinhou que a estratégia do país passa por ações que permitam a adaptação e a mitigação ao fenómeno, através, nomeadamente, de projetos como o que foi apresentado esta tarde e que ele definiu como “uma espécie de exemplo” para outros países.

O objetivo do projeto é a replicação futura da tecnologia por outras

comunidades em São Tomé e Príncipe e mais tarde em Angola, Moçambique e em algumas ilhas de Cabo Verde, acrescentou à Lusa a administradora executiva da Ecovisão, salientando, ainda, que foi “um orgulho” fazer parte dos 150 “side events” entre os 800 que concorreram para a COP 21.